

UNIVERSIDADE PÚBLICA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO NO BRASIL: Elementos para uma reflexão*

Olga Lúcia Castreghini de Freitas FIRKOWSKI[†]

RESUMO

Com este trabalho objetiva-se demonstrar a estreita relação entre universidade pública e a produção do conhecimento geográfico no Brasil, o que indica a necessidade de uma maior atenção dos geógrafos para com as questões relacionadas à manutenção das universidades públicas, sob pena da completa inviabilização da produção do conhecimento geográfico. Para tanto, foram selecionados, como amostra, cinco eventos realizados entre 1994 e 1996, em diferentes regiões do país e relacionados a distintas especialidades da Geografia, e foram analisados os trabalhos publicados por Estado e por tipo de Instituição.

Palavras-chave: produção do conhecimento, universidade pública, geografia

ABSTRACT

The finality of this paper is to show the relation between public university and the Brazilian's geographic knowledge production, showing the necessity of the more attention of the geographers about the public university maintenance to this science. This way for to make it, we selected, with sample, five events realized between 1994 and 1996, in different places in Brazil and of the different geographic especialties, analyzing the published papers from state and kind of institution.

Key-words: knowledge production, public university, geography

* Gostaria de expressar os meus agradecimentos às alunas do curso de Geografia da UFPR, hoje geógrafas, Cassia Dias Teixeira Santos e Helen Simone França, pela colaboração na organização inicial do presente trabalho, feita sob a forma de painel.

[†] Professor Assistente do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná em Curitiba.

se por um lado o ribeirão Quatí aumenta a poluição hídrica do ribeirão Lindóia; este por sua vez colabora com a diluição dessa poluição.

A análise da carta da rede de esgotos da microbacia Quatí-Lindóia demonstrou que esta é uma das regiões londrinenses que mais sofre conseqüências pela falta de rede de esgotos que abrange apenas a vertente direita do ribeirão Quatí, sua cabeceira, e mais dois pontos isolados compreendidos por redes independentes de esgotos na microbacia do ribeirão Lindóia. (Figura 3)

Segundo técnicos da Sanepar, estes sistemas independentes são necessário quando o solo não oferece condições para a construção de fossas sépticas. Na microbacia Quatí-Lindóia, há apenas dois desses sistemas ainda em funcionamento, mas que logo serão desativados, assim que forem ligados à Estação de Tratamento da zona norte. Estes dois sistemas independentes dirigem seus esgotos para tanques Imhoffs, antes de lançá-los diretamente no ribeirão Lindóia e no córrego Cabrinha, afluente desse ribeirão.

Segundo a Escola Técnica de Saneamento da Confederação Nacional da Indústria - Senai, os tanques Imhoffs são considerados um melhoramento baseado no funcionamento das fossas sépticas, possuindo num mesmo tanque compacto as unidades de decantação e digestão do lodo. O lodo decantado é naturalmente encaminhado para um compartimento destinado a digerí-lo convenientemente, de onde é removido para unidades de secagem.

No entanto, a eficiência dos tanques Imhoffs da microbacia Quatí-Lindóia apresentou-se comprometida por estarem em condições precárias, devido a atos de vandalismo que são constantes, assim como por falta de uma política que assegure a conservação dessas unidades de tratamento de esgotos. Tal realidade contribui com o aumento dos índices de poluição hídrica do ribeirão Lindóia e de um de seus afluentes, o córrego Cabrinha. Ainda neste mesmo córrego, salienta-se a presença de uma unidade Reator Anaeróbico de Lodo Fluidizado (RALF) de tratamento de esgotos, de um sistema independente localizado fora da microbacia Quatí-Lindóia, mas que por sua vez também despeja seus efluentes neste mesmo córrego.

O processo de tratamento RALF é baseado na ação de bactérias anaeróbicas sobre a matéria orgânica contida nos esgotos sanitários. A unidade RALF no córrego Cabrinha apresentou um melhor estado de conservação, apesar da Sanepar afirmar que essa unidade apresenta maiores problemas operacionais, pois foi construída pela iniciativa privada,

visando drenar o esgoto de um projeto imobiliário, sem procurar ajuda ou orientações técnicas da Sanepar.

A Sanepar afirma que estes sistemas independentes serão desativados, e seus esgotos ligados à Estação de Tratamento ETE Norte, assim que se concretize a segunda etapa de construção desta estação que deverá ocorrer até o ano 2000.

O ribeirão Quatí não só revelou-se o curso hídrico mais poluído, como esta poluição fica mais crítica a partir do momento que este ribeirão recebe as águas de seu afluente, o córrego Bom Retiro. Este recebe diretamente em grande quantidade o esgoto "tratado" da estação de tratamento de mesmo nome. Assim a estação de tratamento de esgotos Bom Retiro, da Sanepar, não é a única responsável pelo processo de poluição do ribeirão Quatí, mas sem dúvida a principal responsável pela queda da qualidade da água deste ribeirão.

Com o objetivo de verificar o grau de poluição do córrego Bom Retiro, à montante da Estação de Tratamento Bom Retiro, foram realizadas duas coletas de amostra de água, à montante e à jusante dessa estação. Os resultados evidenciaram que esse córrego já se apresenta poluído, pois na amostra coletada à montante da estação foram detectados 110.000 coliformes fecais para cada 100ml, conseqüência provável de despejos de esgotos clandestinos; porém, na amostra coletada à jusante da mesma estação, foram detectados 50.000.000 de coliformes fecais/100ml. Estes números mostram um elevadíssimo comprometimento deste curso hídrico após o lançamento dos efluentes dessa estação.

Com base nas análises da qualidade da água dos ribeirões Quatí e Lindóia, nas formas de uso do solo, rede de esgotos, indústrias potencialmente poluidoras e levantamento de campo, foi possível elaborar o zoneamento hídrico-ambiental desses dois ribeirões e seus afluentes.

Este zoneamento hídrico-ambiental foi realizado a partir dos pontos de coleta, nos quais foram observados o tipo de urbanização, a proximidade de indústrias potencialmente poluidoras e, no caso, se recebem ou não efluentes de estações de tratamento de esgotos, Imhoffs e/ou Ralf.

Com o texto ora apresentado objetiva-se organizar alguns elementos que possibilitem uma reflexão mais acurada acerca da relação entre a universidade pública brasileira e a produção do conhecimento geográfico².

Pretende-se demonstrar a estreita relação existente entre Universidade Pública e produção do conhecimento geográfico e indicar a necessidade de uma maior atenção da comunidade geográfica para com as questões relacionadas à manutenção dessas universidades, haja vista a privatização que se avizinha.

Tal relação, apesar de não se apresentar como novidade, nos parece merecer ser quantificada e qualificada a partir de investigações sistemáticas. Nesse texto nos detivemos apenas a uma pequena parcela da primeira parte desse desafio, qual seja, uma análise quantitativa e preliminar da relação entre universidade pública e produção do conhecimento.

Para tanto, foram definidos, os seguintes objetivos:

- identificar a procedência, por estado e tipo de Instituição, da produção do conhecimento geográfico brasileiro na atualidade (a partir de uma amostra previamente definida);
- comparar a produção oriunda das universidades públicas e particulares, com a distribuição dos cursos de graduação em Geografia;
- oferecer subsídios para uma reflexão acerca da necessidade de manutenção das universidades públicas, como condição para a continuidade da produção na área de Geografia.

O trabalho desenvolveu-se em duas etapas:

1. levantamento dos cursos de Geografia existentes no Brasil, nas habilitações licenciatura e bacharelado, não tendo sido considerados aqueles de Estudos Sociais. Tais informações foram obtidas no *Catálogo Geral de Instituições de Ensino Superior* do Ministério da Educação e do Desporto, publicado no ano de 1993;

² É este o título do painel apresentado em Buenos Aires no 8.º encontro de Geógrafos da América Latina, em março de 1997 e no VII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, realizado em Curitiba em outubro de 1997.

2. levantamento da procedência dos trabalhos apresentados em alguns eventos de Geografia realizados entre os anos de 1994 e 1996, considerado como a amostra da produção do conhecimento geográfico no Brasil.

A partir das informações da primeira etapa elaborou-se a Tabela 1, representativa da distribuição dos cursos de graduação em Geografia por Estado, considerando as instituições federais, estaduais, municipais e privadas.

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS CURSOS DE GEOGRAFIA POR ESTADO E TIPO DE INSTITUIÇÃO*

	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	%
AC	1				1	0,7
AL	1				1	0,7
AP	1				1	0,7
AM	1				1	0,7
BA	1	3		1	5	3,5
CE	1	2			2,0	
DF	1			1	2	1,4
ES	1			1	2	1,4
GO	1	8		1	10	7,0
MA	1	1			2	1,4
MT	1	1		1	3	2,0
MS	1			2	3	2,0
MG	3	2		7	12	8,0
PA	1				1	0,7
PB	1	1		1	3	2,0
PR	1	8	1	3	13	9,0
PE	1	1	6	3	11	7,5
PI	1				1	0,7
RJ	2	1		8	11	7,5
RN	1	1			2	1,4
RS	4			13	17	11,5
RO	1				1	0,7
RR	1				1	0,7
SC	1	1	3	1	6	4,0
SP	0	3	3	25	31	21,0
SE	1				1	0,7
TO	0	1			1	0,7
Total	31	34	13	68	146	100,0

FONTE: Catálogo Geral de Instituições de Ensino Superior, MEC - 1993.

* Considerou-se apenas um curso por instituição, mesmo naquelas que mantêm as duas habilitações (bacharelado e licenciatura).

Os dados contidos na Tabela 1 permitem observar o grande destaque dos cursos de Geografia mantidos pelas instituições de ensino privadas, além da constância dos cursos de Geografia ofertados por Instituições Federais de Ensino Superior, presentes em quase todos os estados brasileiros, exceção feita a São Paulo e Tocantins.

Verifica-se ainda a concentração de universidades/faculdades estaduais em poucos estados, sendo expressiva além de São Paulo, nos estados do Paraná, Goiás e Bahia.

Ressalta-se, contudo, certo cuidado ao analisar os dados ora apresentados, haja vista que se está utilizando um critério meramente quantitativo do número de instituições por Estado, não considerando outros elementos fundamentais para uma conclusão mais precisa sobre o "peso" relativo de cada Estado no conjunto da formação dos profissionais em Geografia, dentre outros o número de vagas oferecidas, a evasão e o percentual de diplomados.

Deve-se levar em conta também eventuais imprecisões da fonte das informações, a despeito de ser, teoricamente, a mais confiável. Há que se destacar, por exemplo, o caso de Mato Grosso do Sul, onde os cursos ofertados pelos vários Centros Universitários Federais espalhados pelo Estado não aparecem, considerando-se apenas Campo Grande. Mesmo assim, optou-se pela não alteração dos dados, em razão do desconhecimento de outros casos semelhantes, que poderiam, ao corrigir uma distorção conhecida, causar outras.

Do ponto de vista da concentração dos cursos, mais de 70% localizam-se em 7 Estados, a saber: São Paulo, com 21%, Rio Grande do Sul com 11,5%, Paraná com 9%, Minas Gerais com 8%, Rio de Janeiro e Pernambuco com 7,5% cada e Goiás com 7%.

Além desta, diversas composições das informações poderiam ser feitas, todas elas possibilitando conclusões interessantes sobre a concentração dos cursos, quer por região, Estado, ou por tipo de instituição.

Os cursos de Geografia cadastrados a partir da fonte consultada, totalizam 189 (cento e oitenta e nove), sendo 145 (cento e quarenta e cinco) de licenciatura e 45 (quarenta e cinco) de bacharelado. No entanto, em alguns casos, a mesma Instituição mantém ambas as modalidades, consideradas assim dois cursos, o que reduz para 146 (cento e quarenta e seis) o total de instituições ofertantes de curso de Geografia no Brasil, como pode ser observado na Tabela 2.

TABELA 2 - CURSOS DE GEOGRAFIA POR TIPO DE INSTITUIÇÃO

	Bacharelado	Licenciatura	Total	%
Federal	23	30	53	28
Estadual	8	34	42	22
Municipal	2	14	16	8,5
Particular	12	86	98	41
Total	45	144	189	100

FONTE: Catálogo Geral de Instituições de Ensino Superior, MEC - Brasília, 1993.

A Tabela 2 permite a visualização da distribuição dos cursos por categoria de instituição, com a supremacia, a partir desse ponto de vista, das instituições particulares, que respondem por 41% do total de cursos, seguidas pelas instituições federais, com 28%, pelas estaduais com 22% e pelas municipais com 8,5%.

Procedendo-se ao agrupamento das federais e estaduais, considerando-as em conjunto como públicas, sua participação no total sobe para 50%, havendo, portanto, um equilíbrio entre os cursos mantidos por instituições públicas e aqueles mantidos por particulares/municipais. Cabe salientar que parte das instituições estaduais e municipais, enquadram-se juridicamente como fundações de direito privado, sendo portanto dúbia a possibilidade de classificação.

Quanto às informações obtidas na segunda etapa, estas deram origem a três gráficos, retratando a produção de conhecimento por Estado, por unidade geradora de conhecimento, qual seja, Universidade Pública (federal ou estadual), particular e outras categorias detalhadas na seqüência, Gráficos 1, 2 e 3.

Para a elaboração da segunda etapa, a metodologia utilizada constou da análise da procedência dos trabalhos publicados nos Anais ou similares dos eventos relacionados na Tabela 3.

TABELA 3 - EVENTOS SELECIONADOS

Evento	Local	Ano
5.º Congresso Brasileiro de Geógrafos	Curitiba (PR)	1994
3.º Encontro Nacional de Ensino de Geografia	Pres. Prudente (SP)	1995
VI Simpósio Nacional de Geog. Física Aplicada	Goiânia (GO)	1995
4.º Simpósio Nacional de Geografia Urbana	Fortaleza (CE)	1995
10.º Encontro Nacional de Geógrafos	Recife (PE)	1996

Os eventos foram escolhidos em razão de terem ocorrido em diferentes áreas do país, o que torna a amostra menos tendenciosa, além de contemplar uma diversidade de especializações da Geografia, possibilitando um retrato mais fiel da realidade⁴.

O procedimento de coleta de dados englobou a compilação da procedência dos trabalhos publicados nos Anais ou similares dos referidos eventos, incluindo-se as mesas redondas, comunicações livres e demais modalidades com resumo publicado.

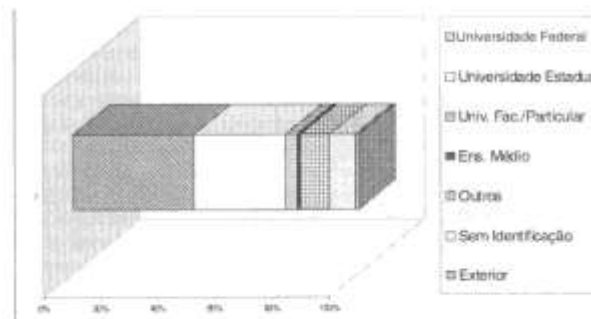
Cumpre salientar que só foram considerados os trabalhos com publicação, tendo sido excluídos aqueles apresentados durante o evento mas sem registro escrito, bem como os volumes publicados posteriormente à elaboração da primeira versão do presente trabalho.

Foram definidas sete categorias de procedência institucional dos 1.779 (um mil e setecentos e setenta e nove) trabalhos computados, conforme pode ser observado no Gráfico 1, obedecendo à seguinte classificação:

- 1- universidades públicas federais,
- 2- universidades públicas estaduais,
- 2- universidades e/ou faculdades particulares,
- 4- ensino médio (1.º e 2.º graus),
- 5- outros/trabalhos em conjunto,
- 6- sem identificação e
- 7- exterior.

⁴ Ressalta-se que quando da elaboração do trabalho, no ano de 1996, eram também de eventos de realizações mais recentes no âmbito da geografia brasileira.

GRÁFICO 1 - TOTAL DE TRABALHOS APRESENTADOS NOS EVENTOS SELECIONADOS

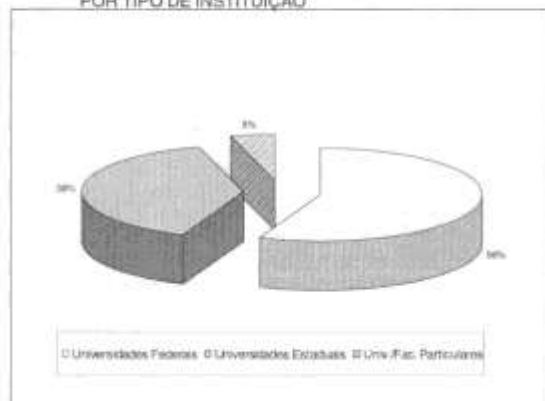


FONTE: Trabalhos publicados nos Anais dos eventos selecionados.

Na categoria outros, foram englobados os trabalhos de instituições de pesquisa como o IBGE, INPE, Fundações etc., bem como os trabalhos em conjunto, ou seja, apresentados por autores de diferentes instituições, como por exemplo de universidade federal e de estadual, de particular e de federal, do IBGE e de universidade federal, além de inúmeras outras possibilidades.

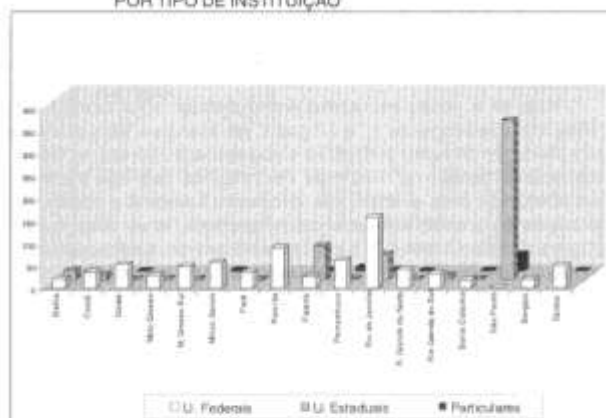
Nota-se a pouca expressão dos trabalhos cujos autores são profissionais do ensino de 1.º e 2.º graus, reforçando o hiato existente entre produção de saber geográfico e sua aplicação no ensino médio. Preocupante também é o número de trabalhos que não trazem a identificação de seus autores, sua vinculação funcional e origem. De modo a centrar a análise no papel da universidade, foram desprezadas as categorias de número 4, 5, 6 e 7, respectivamente, ensino médio (1.º e 2.º graus), outros/trabalhos em conjunto, sem identificação e exterior, do montante de 1.779 trabalhos, o que reduziu a amostra para 1.364, estes oriundos de Universidades Públicas – federais e estaduais – e particulares, Gráfico 2.

GRÁFICO 2 - CLASSIFICAÇÃO DOS TRABALHOS POR TIPO DE INSTITUIÇÃO



FORNTE: Trabalhos publicados nos eventos selecionados

GRÁFICO 3 - PROCEDÊNCIA DOS TRABALHOS POR ESTADO E POR TIPO DE INSTITUIÇÃO



FORNTE: Trabalhos apresentados nos eventos selecionados

Uma outra possibilidade de agrupamento foi realizada de modo a permitir a análise das categorias contempladas no Gráfico 2, por Estado de procedência, originando, assim, o Gráfico 3. Nele pode-se observar os Estados que mais se destacaram na participação nos eventos selecionados.

Novamente deve-se fazer um alerta para a ausência de análise da qualidade dos trabalhos, que foge ao objetivo deste texto, que se restringe a uma simples avaliação quantitativa, capaz de nortear e de subsidiar discussões futuras sobre o tema.

As informações ora apresentadas possibilitam uma série de conclusões a respeito da procedência da produção do conhecimento geográfico no Brasil. Porém, uma das mais importantes parece ser aquela que explicita a necessidade de maior engajamento da comunidade geográfica na luta pela manutenção do ensino público e gratuito, principalmente em face das transformações pretendidas no âmbito das Universidades Federais relacionadas ao Projeto de Autonomia Universitária apresentado pelo Governo Federal que se por um lado apresenta pontos relevantes, por outro pode desencadear um processo de concorrência nos moldes do setor privado, capaz de dismantelar as Instituições Federais de Ensino Superior. Isto porque o que se pretende é uma "redefinição do relacionamento entre universidades públicas federais e o Estado", proporcionando "flexibilidade na execução de recursos e a busca de novas fontes de financiamento"⁷, o que redundará no acirramento entre as diversas áreas e instituições na busca de recursos complementares.

As ações do Governo para com as Universidades Federais enquadram-se, assim, na perspectiva de transformá-las em organizações sociais, nas quais o Estado proveria o serviço, mas não seria o executante direto do mesmo, ou como bem coloca CHAUÍ, analisando a Reforma do Estado e o surgimento das organizações sociais, "a Reforma tem um pressuposto ideológico básico: o mercado é portador de racionalidade sociopolítica e agente principal do bem-estar da República (...) a posição da universidade no setor de prestação de serviços confere um sentido bastante determinado à idéia de autonomia universitária e introduz termos como 'qualidade universitária', 'avaliação universitária' e 'flexibilização da universidade'⁸.

⁷ De acordo com o texto "Fundamentos para uma Lei que regule a autonomia das Universidades Federais, nos termos do que estabelece a LDB assim disonha sobre a possibilidade de ampliação da autonomia mediante contrato de desenvolvimento institucional", disponível na Internet em www.sbgnet.org.br.

⁸ CHAUÍ, Marilena, A universidade operacional. Caderno Mais, Folha de São Paulo, 09/05/1999.

A análise efetuada deixa transparecer a pouca atuação das instituições particulares e seu frágil comprometimento com a produção do conhecimento, o que se contrapõe ao seu destacado papel no montante de cursos ofertados, praticamente 41% dos cursos de Geografia do país, o que serve de alerta para possíveis desdobramentos da política atual esboçada anteriormente.

Por outro lado, as instituições públicas, sejam elas federais ou estaduais, apresentam um desempenho mais positivo, resultado de diferentes condições de trabalho dos professores, além da preocupação com a qualificação dos quadros docentes por meio da pós-graduação.

Não se pode esquecer também de associar o desempenho das instituições públicas – estaduais e federais – aos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Parte fundamental da produção tem relação direta com esses cursos, seja através das dissertações, teses, ou outras modalidades de desenvolvimento de pesquisa germinadas a partir de experiências de pós-graduação. Cabe salientar, ainda, a correlação entre a grande produção da região sudeste e a concentração dos referidos cursos.

Relevante também é associar o desempenho das universidades públicas a uma visão mais abrangente de produção do conhecimento, que se pauta pela integração de três momentos vitais para o avanço da produção científica: o ensino, a pesquisa e a extensão, aliás, não mais citados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) como princípios norteadores da vida universitária. Isso quer dizer que a indissociabilidade entre esses três momentos pode não existir em alguns casos, na medida em que, pelo disposto no Decreto 2.207 de 15/4/1997¹, artigo 4.º, "quanto à sua organização acadêmica, as instituições de ensino superior do Sistema Federal de Ensino classificam-se em: I- universidades; II- centros universitários; III- faculdades integradas; IV- faculdades, e V- institutos superiores ou escolas superiores". Dessa forma, é possível que o ensino superior seja ofertado por instituições especializadas em ensino e que, portanto, não se dediquem à produção do conhecimento, tal é o caso dos centros universitários; por outro lado, é possível também que algumas instituições dediquem-se apenas à pesquisa, desvinculando tal atividade do ensino e da extensão.

¹ Decreto que regulamenta para o Sistema Federal de ensino, as disposições contidas nos artigos 19, 20, 45, 46, 52, 54 e 88 da Lei 9.394 (LDB) de 20 de dezembro de 1996.

Finalmente, as várias lacunas apresentadas no decorrer do trabalho, bem como sugestões de análise e confronto de dados, devem servir para que se proceda a um aprofundamento da temática, até porque faz-se necessário o desencadeamento de um processo que vá além da produção e englobe a avaliação do que tem sido produzido e apresentado nos eventos organizados pela comunidade geográfica brasileira, passando-se assim, da análise quantitativa (como a que ora foi apresentada) para a qualitativa dos cursos e da produção do conhecimento. Aliás, a avaliação tem dado o tom de todas as ações do Governo voltadas às universidades nos últimos tempos, particularmente àquelas relacionadas à concessão de recursos.

Desse modo, as inúmeras mudanças propostas pelo Governo no âmbito das Universidades e dos cursos de graduação, como aquelas referentes às Diretrizes Curriculares, Comissão de Especialistas, Parâmetros Curriculares, Exame Nacional de Cursos (Provão), dentre outras, encontrarão uma comunidade articulada e conhecedora de sua realidade e, portanto, têm possibilidade de se contrapor e/ou discutir as fórmulas avaliadoras impostas pelo Governo Federal.